

## BNC E FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: ANÁLISE A PARTIR DO CICLO DE POLÍTICAS DE BALL COMO PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO<sup>1</sup>

Maraiane Pinto de Sousa<sup>2</sup>

Isabela Nathália Nunes Tristão<sup>3</sup>

Sawana Araujo Lopes de Souza<sup>4</sup>

### RESUMO

Este trabalho se origina de discussões na disciplina de Pesquisa em Educação, do Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), derivando de questionamentos teórico-metodológicos em torno das pesquisas de formação docente. Compreendendo a partir de Dourado (2016) que os profissionais em Magistério para a Educação Básica e sua formação, no contexto histórico do Brasil, são alvos de disputas de concepções, este trabalho tenciona na proposta do ciclo de políticas de Stephen Ball e colaboradores (1992), utilizando o contexto de influência e produção de texto, como percurso teórico-metodológico para responder à problemática que nos propomos a investigar. Assim, tendo como eixos teóricos: políticas de formação docente, o contexto neoliberal e políticas de currículo, nos ancoramos nas concepções teóricas de Ball (2001); Dourado (2016); Aguiar (2018); Freitas (2012) Arroyo (2011) e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de formação dos professores, para compreendermos o cenário das políticas de formação, e o contexto neoliberal que caracteriza as propostas educacionais atualmente no Brasil. Dessa forma, através do ciclo de políticas poderemos perceber a partir de cada contexto os momentos de produção da política ainda no seu estágio de ideação, a materialização da proposta no texto legal, a repercussão dessa política na prática, além de seus efeitos, resultados e estratégias. Os contextos são interligados, embora cada um tenha suas especificidades.

**Palavras-chave:** Formação de professores, BNC, Ciclo de políticas, Percurso teórico-Metodológico.

### INTRODUÇÃO

Segundo Dourado (2016), no contexto histórico do Brasil os profissionais em Magistério para Educação Básica e sua formação são constantes alvos de disputas de

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia Presencial, da Universidade Federal da Paraíba- UFPB e mestranda em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: [maraiane.s@outlook.com](mailto:maraiane.s@outlook.com);

<sup>3</sup> Licenciada em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestranda em Educação pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E-mail: [tristaoisabela@gmail.com](mailto:tristaoisabela@gmail.com);

<sup>4</sup> Graduada em Pedagogia Presencial pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Mestre em Educação pelo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: [sawana.lopes@gmail.com](mailto:sawana.lopes@gmail.com);

concepções, em virtude disto, são inúmeras iniciativas e proposições legais em torno de sua formação.

Atualmente, após aprovação da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no mês de abril de 2017, que de acordo com o MEC é um documento que traz um conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da etapa da educação básica, composto também pela proposta de orientar os currículos e projetos políticos pedagógicos de todas as escolas do país, o MEC lançou no ano de 2018 a proposta da Base Nacional Comum (BNC) para a formação de professores da Educação Básica. A versão, ainda não divulgada para a sociedade civil, será entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE) que ficará responsável pela discussão e análise da proposta.

No campo da legislação educacional e de acordo com o contexto em que tais reformas são desenvolvidas, foram apresentadas modificações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) referentes à formação dos professores, no termo do parágrafo 8º, Art. 62, afirma que “Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular”, conforme a lei nº 13.415, de 2017.

Assim como a própria BNCC da educação infantil e ensino fundamental e também a lei de reforma do ensino médio (13.415/2017) previam essa mudança nos currículos de formação de professores para atender às necessidades e as novas demandas da educação básica. Para Ball (1994) uma política não se inicia de forma neutra, para o autor ela começa no que se evidencia de contexto de influência, “é onde a política pública é normalmente iniciada. É aqui que os partidos interessados lutam para influenciar a definição e os propósitos sociais da educação, determinam o que significa ser educado”, (p. 19).

Neste sentido, percebemos que a disputa pela formação de professores para atender as demandas da BNCC se iniciou já no ano de 2017 quando a terceira versão foi aprovada, por grupos e instituições privados que buscam um espaço dentro do currículo. Por outro lado, ressaltamos o que Dourado (2016) afirma sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (02/2015) para formação dos professores, as quais reconhecem as prerrogativas de autonomia das instituições de ensino superior, DCNs amplamente discutida, norteadora da formação de professores. Para Aguiar (2018) a BNCC caracteriza-se por “privilegiar especialistas e subalternizar o diálogo com as comunidades educacionais e escolares, em um modelo centralizador de tomada de decisões” (p.14).

Assim, destacamos a relevância da análise e discussão em torno das políticas educacionais e curriculares, cujas intencionalidades são repercutidas na formação de professores. Desse modo compreendemos a proposta da BNC de formação de professores da

educação básica como um campo de disputas e lutas por significados dentro da área da educação configurando-se em contraposição à proposta das DCNs para formação docente. Dessa forma, a propositura desta pesquisa tem como problemática central investigar a seguinte questão: a proposta de BNC-professores interessa a quais grupos?

## **METODOLOGIA**

Compreendermos que a metodologia de um trabalho não se resume a um conjunto de técnicas e procedimentos para a coleta de dados empíricos. Nesse sentido, realizamos um mapeamento acerca de trabalhos sobre a proposta de BNC para a formação dos professores, afim de analisarmos o percurso metodológico escolhidos nas possíveis pesquisas, mas não encontramos, uma vez que a proposta é muito recente. No entanto, centraremos esforços na discussão do traçado teórico metodológico elencado para a pesquisa.

Segundo Gonsalves (2003, p. 61), a questão metodológica vai além de uma visão reducionista, trata-se de “um processo de construção, um movimento que o pensamento humano realiza para compreender a realidade social”. A autora ainda destaca que o processo metodológico é o momento em que se evidencia como você está se aproximando do seu objeto de estudo, como você pretende abordá-lo. No próximo tópico iremos aprofundar a discussão em torno das escolhas metodológicas.

## **DESENVOLVIMENTO**

A relevância do trabalho se dá pela possibilidade de analisarmos e discutirmos, neste cenário de mudanças e propostas para a formação de professores da educação básica, os contextos que estão influenciando as políticas de formação docente. Uma vez que, desde a formulação das políticas educacionais à sua implementação, um referencial crítico possibilita uma análise crítica e importante desses programas (MAINARDES, 2006). Desta forma, destacamos que este assunto, além de ser uma discussão atual é de extrema importância para que, enquanto educadoras e educadores, possamos ter possibilidade de refletir e problematizar os rumos da educação pública no Brasil.

Destarte, elencamos como principais eixos teóricos: políticas de formação docente, o contexto neoliberal e políticas de currículo. Para a compreensão de desenvolvimento do trabalho, nos ancoramos nas concepções teóricas de Ball (2001); Dourado (2016); Aguiar (2018); Freitas (2012) Arroyo (2011) e DNC de formação dos professores, para

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

compreendermos o cenário das políticas de formação, e o contexto neoliberal que caracteriza as propostas educacionais atualmente no Brasil.

Julgamos necessário o entendimento das políticas de currículo, analisando o contexto em discussão com base em Apple (2001) que o caracteriza como campo de disputa. Analisando como as políticas curriculares podem impactar nas políticas de formação docente, é importante entender a relação entre esses impactos, de forma que seja possível perceber a necessidade de uma nova proposta de formação e seu interesse. As DCN apresentam, de acordo com a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), um espaço histórico, na formação interdisciplinar do fenômeno educativo e a proposta da BNC fragmenta essa formação, bem como a orientação da proposta com base na lógica empresarial.

De acordo com Freitas (2012) a educação possui e deve constituir-se como atividade colaborativa em dependência às relações interpessoais e profissionais. Destacamos que o contexto de influência é caracterizado pelo que Ball chama de “arenas privadas de influências” que “são baseadas em redes sociais dos e em torno dos partidos políticos, do e em torno do governo e do e em torno do processo legislativo” (ROCHA 2016, apud BALL 1992, p. 19).

Neste sentido justificamos a escolha pelo ciclo de políticas de Ball e colaboradores (1992), entendendo que ele nos dará suporte para pensar como esta política está se iniciando, quais grupos, instituições, lutas e disputas estão sendo desenvolvidas no meio dela.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa está ancorada nos estudos teórico-metodológicos de Ball e colaboradores (1992;1994). Stephen Ball é um sociólogo inglês, pesquisador das políticas educacionais que segue uma abordagem pós-estruturalista, baseado nos estudos de Michel Foucault. Ao nos aportarmos no ciclo de políticas de Ball e colaboradores (1992;1994), este referencial constitui-se de “uma abordagem que permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos” (MAINARDES, 2006, p.48).

Essa escolha justifica-se pela possibilidade que o ciclo nos dá para entender que a política acontece de forma não linear. As políticas educacionais, a nosso ver, são um ciclo contínuo, como defende Ball (1992), e, a partir dele entendemos que a elas não devem ser implementadas apenas em sua forma prescrita, mas deve ter abertura para a participação de

todos os envolvidos na política a ser praticada. Portanto, não se reduz à dimensão prescritiva e, sendo um processo dinâmico, assume significados em diferentes espaços.

Ball, em entrevista a Avelar (2015, p. 6), relata que o ciclo de políticas foi pensando por ele e Richard Bowe,<sup>5</sup> tentando criar uma trajetória da política: “Tentando pensar na política não como documento, ou uma coisa, mas sim uma entidade social que se move no espaço e o modifica enquanto se move, e modifica coisas nesse movimento, modifica o espaço pelo qual se move.”. Inicialmente, os autores pensaram essa trajetória das políticas em três arenas: a política proposta, a política de fato e a política como uso. Mainardes (2006, p. 49), explica que, logo após alguns estudos e pesquisas, os autores romperam com essa organização “porque a linguagem utilizada apresentava uma certa rigidez que eles não desejavam empregar para delinear o ciclo de políticas.”.

Mainardes (2006, p. 50-51) esclarece que os autores em seus estudos romperam com o modelo de políticas “que separam as fases de formulação e implementação porque eles ignoram as disputas e os embates sobre a política e reforçam a racionalidade do processo de gestão.”. Para Ball e Bowe, de acordo com Mainardes (2006), os atores que atuam na escola não são excluídos dos processos de formulação e atuação das políticas, mas que são partes desse processo.

Assim, conforme Mainardes (2006), Ball e Bowe propuseram um ciclo contínuo, inicialmente, constituído por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto de produção de texto e o contexto da prática. Posteriormente, os autores incluíram mais dois contextos no ciclo: o contexto dos resultados (efeitos) e o contexto da estratégia política.

Os contextos propostos por Ball e colaboradores (1992, 1994) são inter-relacionados, “não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares.” (MAINARDES, 2006, p. 50). Nesse sentido, a política não pode ser entendida como contextos separados e engavetados, mas como um ciclo não linear, sendo possível identificar os contextos em qualquer fase da política. Em uma pesquisa, é possível dar ênfase a um determinado contexto ou a mais de um, mas não os engavetar. É importante destacar que cada contexto apresenta suas particularidades, como lugares e como grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates.

Dessa maneira, na pesquisa daremos ênfase ao contexto de influência e de produção e texto. No contexto de influência buscamos identificar quais grupos, sujeitos e instituições que estão tendo um maior protagonismo no processo de produção da política de formação inicial

---

<sup>5</sup> Bowe, R., Ball, S., & Gold, A. (1992). Reformar a educação e mudar as escolas: um estudo de caso em sociologia política. London ; New York: Routledge.

de professores. Respectivamente, no contexto de produção de texto intencionamos analisar as DCN e a proposta da Base Nacional Comum (BNC) para a formação dos professores, destacando as diferenças e contradições.

### **Caracterizando a pesquisa**

A pesquisa se caracteriza como qualitativa, aspecto este que se tornou de grande importância para as pesquisas nas ciências humanas, quando se percebe que os métodos quantitativos não dão conta de entender todas as esferas que rodeiam o ser humano. Para Santos (2008, p. 38), “o comportamento humano, ao contrário dos fenômenos naturais, não pode ser descrito e muito menos explicado com base nas suas características exteriores e objetiváveis.”.

Nessa perspectiva, as ciências sociais serão sempre uma ciência subjetiva e não objetivável como as ciências naturais, buscando sempre compreender “os fenômenos sociais a partir das atitudes mentais e dos sentidos que os agentes conferem as suas ações.” (SANTOS, 2008, p. 38). Desta forma, justificamos nossa pesquisa como qualitativa, pois buscamos um conhecimento “intersubjetivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objetivo, explicativo e nomotético.” (SANTOS, 2008, p. 39).

Compreendemos que a pesquisa qualitativa se caracteriza, conforme Richardson (2017, p. 67), “como um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos dão, a um problema social ou humano.”. Sendo o local de estudo a nossa fonte direta dos dados, que permite ao pesquisador desenvolver um nível de detalhes tanto sobre a pessoa, quanto sobre o local, estando, assim, altamente envolvido com as experiências reais dos participantes.

Richardson (2017, p. 67), ao citar Creswell (2007), estabelece algumas características para a pesquisa qualitativa, destacando, primeiramente, que ela ocorre em um cenário natural, sendo que o pesquisador sempre vai ao local onde estão os participantes para coletar os dados da pesquisa; em segundo lugar, os métodos de coleta de dados são tradicionalmente baseados em observações abertas, entrevistas e documentos, mas agora incluem uma maior diversidade de matérias, como sons, e-mails, álbuns e outros; a pesquisa qualitativa é, assim, emergente e não estritamente pré-configurada, de modo que as questões da pesquisa podem mudar e ser refinadas, à medida que o pesquisador vai descobrindo o que e para quem perguntar.

Assim, destacamos ainda que nossa pesquisa se identifica como documental, Gonsalves (2011, p. 34) acentua que a pesquisa documental trata da recorrência “a materiais

que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias”. Nesse sentido, de acordo com Gonsalves (2011, p.34), é necessário compreender, inicialmente, o que é um documento.

Para isso, é preciso “superar a ideia de que documento é apenas o escrito oficialmente, guardado nos arquivos governamentais”. Torna-se relevante destacar que a pesquisa documental se aproxima da bibliográfica. Ambas se diferenciam pela natureza de suas fontes. A primeira se refere aos estudos sobre um determinado assunto. Gonsalves (2011, p. 34) acentua que a pesquisa documental trata da recorrência “a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias”.

Ressaltamos também que nossa pesquisa se caracteriza como bibliográfica, pois de acordo com Gil (2008, p. 50), ela “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”. O autor destaca que muitos estudos são desenvolvidos apenas a partir da pesquisa bibliográfica, mas, em nosso caso, ela apenas faz parte de nossa pesquisa, pois de acordo com o autor quase todas as pesquisas se valem de fontes secundárias para melhor fundamentar seu estudo. Para o autor, “seria impossível percorrer todo o território brasileiro sobre dados da população ou sua renda *per capita*” (2008, p. 50). Dessa forma, faz-se necessário recorrer a pesquisas e a textos de outros autores para contemplar algumas partes de sua pesquisa.

Dessa maneira, o ciclo de políticas de Ball (1994) atua dentro da pesquisa qualitativa, documental e bibliográfica, uma vez que essas abordagens corroboram no desenvolvimento do trabalho, atendendo aos contextos das políticas educacionais, de currículo e de formação de professores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo das pesquisas qualitativas o arcabouço metodológico é permeado por possibilidades de contribuições acerca da escolha do caminho que será percorrido em consonância com o objeto de estudo. Nisso, podemos compreender que o estudo sobre a proposta da BNC de formação dos professores da educação conta também com aportes de estudiosos como Ball e colaboradores (1992) com o ciclo de políticas, bem como a proposta dos contextos de influência e produção de texto.

A educação enfrenta desafios no que se refere ao processo de construção de políticas públicas, uma vez que a formação de professores está no alvo de disputas de concepções. Nesse sentido, como tensionamos a discussão em torno de uma problemática, entendemos que

o sentido escolhido para a atendê-la requer compreensão do percurso teórico-metodológico bem definido, para que seja possível o desenvolvimento da pesquisa. Para tanto, é preciso compreender o que é pesquisa e suas nuances como aspectos documentais, bibliográficos e concepções em torno do objeto.

A escolha pelo ciclo de políticas de Ball (1992) como percurso teórico-metodológico exigiu que nos aportássemos a estudos além do ciclo, mas também a estudiosos que discutem sobre o mesmo campo. Assim, é na metodologia que inferimos a indispensabilidade da percepção de pesquisa como aspecto importante para a produção de trabalhos na área da educação como repertório para discussões sobre formação de professores, bem como reforço para os profissionais da área.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs). **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018.

APPLE, Michael W. **Política cultural e educação**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

AVELAR, Marina. Entrevista com Stephen J. Ball: uma análise de sua contribuição para a Pesquisa em Política Educacional. v. 24, n. 24. **Dossier Stephen J. Ball y la investigación sobre políticas educativas en América Latina**. 2015. Archivos Analíticos de Políticas Educativas **BALL. Educational reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BOWE, Richard; BALL, Stephen; GOLD, Anne. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

\_\_\_\_\_. - **Lei Nº 9394/96** que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Acesso em 14/07/2019. Disponível em:  
[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_2ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf)

\_\_\_\_\_. - **Proposta para a base nacional comum da formação de professores da educação básica**. Acesso em: 14/07/2019. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=105091-bnc-formacao-de-professores-v0&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=105091-bnc-formacao-de-professores-v0&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192)

\_\_\_\_\_ - RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Acesso em 14/07/2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>.

\_\_\_\_\_ - Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, p. 99-116, 2001. Disponível em: [www.curriculosemfronteiras.org](http://www.curriculosemfronteiras.org) 99.

DOURADO, Luiz Fernandes. Formação de profissionais do magistério da Educação Básica: novas diretrizes e perspectivas. *Comunicação & Educação*, n. 1, p. 27-39, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos. **Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversando sobre iniciação a pesquisa científica**. 3ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

\_\_\_\_\_. **Conversando sobre iniciação à pesquisa científica**. 5. Ed. Campinas, SP. Editora Alínea, 2011.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: B. Sousa Santos e Edições Afrontamento, 2008.